

## O DEBATE SOBRE O CURRÍCULO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: da Lei 11.684/2008 à BNCC/2018

THE DEBATE ABOUT THE SOCIAL SCIENCES CURRICULUM IN BRAZIL: FROM LAW 11.684/2008 TO BNCC/2018

Marcelo Cigales<sup>1</sup>

Diego Greinert<sup>2</sup>

**Resumo:** O debate sobre o ensino de Ciências Sociais na Educação Básica tem sido incrementado nos últimos anos, principalmente a partir da reintrodução da Sociologia no Ensino Médio como disciplina obrigatória em 2008. Os estados da arte realizados acerca desta temática apontam para um crescimento exponencial, principalmente por meio de teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos em congressos especializados. Neste artigo, pretendemos explorar de forma mais específica como tem se dado a discussão acerca do currículo de Ciências Sociais no Ensino Médio, no período compreendido entre 2008, ano de introdução da Sociologia no currículo escolar, até 2018, quando é publicada a versão final da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. O recorte estabelecido será a partir de teses e dissertações utilizando o banco de dissertações e teses da CAPES.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia. Currículo. BNCC. Estado da Arte.

**Resumen:** El debate sobre la enseñanza de las ciencias sociales en la educación básica brasileña ha aumentado en los últimos años, principalmente desde la reintroducción de la sociología en la escuela secundaria como asignatura obligatoria en el año del 2008. El estado de la cuestión realizado sobre este tema apunta a un crecimiento exponencial, principalmente a través de tesis de maestría e doctorado, artículos en revistas científicas y trabajos en congresos especializados. En este trabajo tenemos la intención de explorar más específicamente cómo ha tenido lugar la discusión acerca del currículum de Ciencias Sociales en la escuela secundaria, en el período entre los años del 2008 hasta 2018, cuando hay cambios significativos en el escenario nacional brasileño, con la aprobación de la Base Nacional Comum Curricular (BNCC). El corte establecido se basará en disertaciones de maestría y doctorado presentadas en el periodo y accesibles en la base de datos del gobierno brasileño CAPES.

**Palabras-clave:** Enseñanza de la Sociología. Currículum. BNCC. Estado de la cuestión.

**Abstract:** The debate about the teaching of Social Sciences in Basic Education has been increased in the past years, mainly since the Sociology's reintroduction in High School as a mandatory subject in 2008. The state of the art carried out on this theme points to an exponential growth, mainly by theses, dissertations, scientific articles, and work in specialized congresses. In this work, we intend to explore in a more specific way, how the discussion about the Social Sciences curriculum in High School has taken place, in the period between 2008, the year of introduction of Sociology in the high school's curriculum, until 2018 when the final version of the Common Curricular National Base for High School had published. The established cut will be based on theses and dissertations using the CAPES' database of dissertations and theses as database.

**Keywords:** Sociology teaching. Curriculum. BNCC. State of art.

### 1 INTRODUÇÃO

O retorno das Ciências Sociais/Sociologia<sup>3</sup> aos currículos da Educação Básica, marcado pela Lei

1 Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (Unb), integra o Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez (Lélia/UnB), e-mail: [marcelo.cigales@gmail.com](mailto:marcelo.cigales@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

2 Doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, integra o Núcleo de Estudos da Educação e Juventudes Contemporâneas. Bolsista CAPES. e-mail: [diego\\_pnd@hotmail.com](mailto:diego_pnd@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0975-578X>

3 Utilizamos o termo Ciências Sociais ou Sociologia como sinônimos, uma vez que o ensino de Sociologia na Educação Básica abrange as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, que juntas, compõem no Brasil, as

11.684/2008, foi acompanhado da implantação de políticas educacionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que estimularam o fomento pela pesquisa e formação docente na área de Sociologia. Esse processo de institucionalização do ensino de Sociologia e do fomento à publicação de livros didáticos e da inserção da prática docente de professores em processo de formação trouxe impactos para o espaço acadêmico/científico, dado que houve o aumento de teses e dissertações, a criação de linhas e grupos de pesquisa na pós-graduação, bem como o incremento de encontros acadêmicos e de divulgação dos conhecimentos especializados sobre o ensino da Sociologia escolar.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar a discussão sobre o currículo ocorrida entre os anos de 2008, marcado pela inserção obrigatória do ensino de Sociologia no Brasil, até o ano de 2018, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconfigura o ensino de Sociologia ao pensar não mais em disciplinas, mas em áreas de conhecimento, estando ela presente junto com a Filosofia, a História e a Geografia, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, cabe salientar que a Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei 13.415/2017, traz novas dimensões formativas para a Sociologia ao colocar a disciplina em um dos cinco itinerários formativos que os estudantes poderão optar, dadas as condições objetivas das escolas de implantação da nova estrutura do Ensino Médio no país, relegando-a junto com a Filosofia, Artes e Educação Física enquanto “estudos e práticas” (BRASIL, 2017). Portanto, nosso recorte neste trabalho caminha no sentido de compreender como ocorreu, durante a breve década de obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica (2008-2018)<sup>4</sup>, a discussão sobre o currículo nas pesquisas voltadas ao subcampo de pesquisa sobre o Ensino de Sociologia (FERREIRA, OLIVEIRA, 2015; BODART, 2019).

O currículo como tema de pesquisa pode ser entendido como o conjunto de saberes epistemológicos e metodológicos que orienta as práticas pedagógicas dos professores de Sociologia. Destaca-se que existem diferentes formas de compreensão sobre o conceito de currículo, desde os estudos que o descrevem como aquele conhecimento prescrito pela política educacional a ser implementada nas instituições escolares, até concepções que dão ênfase para o que ocorre na prática dos agentes educacionais, evidenciando um currículo mais dinâmico e vivo. Também poderíamos destacar a concepção de currículo oculto, como aquelas lições que são aprendidas, mas não pretendidas pela organização oficial do currículo. Assim, podemos entender que há diferentes formas de análise do currículo, que perpassam pela política educacional oficial até uma concepção mais ligada à compreensão do que aprendem na prática as gerações em processo de escolarização (FORQUIN, 1996).

A metodologia deste trabalho embasa-se nos estudos sobre o Estado da Arte, tendo em vista que nossa pretensão será evidenciar, no interior do campo acadêmico sobre o Ensino de Sociologia, o que vem sendo produzido sobre o currículo. Para isso, nos utilizaremos das pesquisas existentes, como as de Handfas e Maçaira (2014), Bodart e Cigales (2017), Bodart e Souza (2018) e Brunetta e Cigales (2019) para atualizar os dados sobre teses e dissertações produzidos entre os anos de 2008 até 2018, evidenciando o número de trabalhos sobre o currículo, buscando descrever as principais características desses estudos. Conforme a tabela 01 abaixo, indicamos as variáveis analisadas para cada uma das produções.

**Tabela 01** - variáveis analisadas na pesquisa

Dissertações e Teses

Ano Área Região Instituição Metodologia Concepções Teóricas Fontes

**Fonte:** elaboração dos autores.

Em relação ao levantamento de dados, foram utilizados o catálogo de Teses e Dissertações da

Ciências Sociais. A partir de agora, utilizaremos no texto “Ensino de Sociologia” como termo correlato ao “Ensino de Ciências Sociais”, padronizando da mesma forma como se encontra a nomenclatura nos documentos oficiais.

<sup>4</sup> Ainda que, por lei, a Sociologia tenha estado de forma obrigatória entre 2008 e 2017, optamos pelo recorte até o ano de 2018, compreendendo que não houve imediata retirada da Sociologia após a divulgação da Lei 13.415/2017, sendo possível somente com a implantação do Novo Ensino Médio, previsto para ocorrer a partir de 2020.

Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>5</sup> durante o mês de janeiro e fevereiro de 2020, para o período correspondente aos anos de 2008 a 2018. Para o levantamento de teses e dissertações, utilizamos os descritores "Ensino de Sociologia" e "Ensino de Ciências Sociais" para fazer a seleção dos trabalhos, uma vez que descritores mais específicos com a palavra "Currículo" selecionavam trabalhos de outras áreas para além das Ciências Sociais.

A quantificação dos dados e sua análise é apresentada na terceira seção deste artigo, sendo que na segunda seção fazemos um levantamento do que vem sendo produzido sobre o currículo nos levantamentos sobre o Ensino de Sociologia. Além desta introdução, em que descrevemos o objetivo e a metodologia, também realizamos no final do estudo, uma síntese sobre os principais resultados do artigo, apontando caminhos para futuras pesquisas que tenham como foco a análise do currículo das Ciências Sociais, mais especificamente no que se refere ao ensino da Sociologia na Educação Básica brasileira.

## 2 AS PESQUISAS SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA E O CURRÍCULO

Alguns dados quantitativos são relevantes para pensarmos o espaço social em que o ensino de Sociologia ocupa diante da recente institucionalização entre 2008 e 2018. Assim, pesquisadores desta área vêm demonstrando a quantidade de agentes sociais e a produção de bens simbólicos ao redor desse espaço acadêmico. Só para termos alguns parâmetros, as graduações em Ciências Sociais/Sociologia na modalidade licenciatura, que até o ano 2007 somavam 66 cursos, tiveram um acréscimo de 77% em termos nacionais, em apenas 7 anos, ou seja de 2008 até 2014. Em algumas regiões, conforme o estudo de Oliveira (2015), houve o aumento de 400% (região centro-oeste), com a criação de nove licenciaturas (OLIVEIRA, 2015, p. 50).

O volume de dossiês publicados também foi expressivo, contando com a participação de 19 revistas acadêmicas, grande parte localizada nos Departamentos de Ciências Sociais e Educação, também atrelados a Programas de Pós-graduação dessas áreas. Entre o período de 2007 a 2017, conforme o estudo de Bodart e Souza (2017), foram publicados 24 dossiês que reuniram 199 artigos. As teses e dissertações também tiveram um aumento expressivo após a Lei 11.684/2008, pois, entre 1993 e 2015, conforme Bodart e Cigales (2017), foram publicados 106 trabalhos - 12 teses e 94 dissertações, concentrados entre os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação.

Os grupos e linhas de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também foram objeto de estudo. Neuhold (2015) descreve que entre 2000 e 2013 houve a criação de 22 grupos, assim como de 11 laboratórios de ensino de Sociologia, conforme evidenciado por Caruso (2017), alguns organizando eventos próprios, como o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABES), que em 2018 completou sua 6ª edição, congregando alunos, professores e pesquisadores da escola básica à pós-graduação. Além disso, a Sociedade acadêmico-científica também se mobilizou na discussão das Ciências Sociais como objeto de ensino, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), mais especificamente a Comissão de Ensino, organiza desde 2005 o GT sobre o Ensino de Sociologia em seus congressos bianuais. Destaca-se também o Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), que teve sua primeira edição em 2009, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, completando 10 anos em 2019, quando realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, edição em que recebeu 894 inscrições, sendo que 455 pessoas estiveram presentes<sup>6</sup>. Oliveira (2016), ao realizar um estudo sobre os trabalhos apresentados no ENESEB entre 2005 e 2015, destaca que foram mais de 155 trabalhos completos, envolvendo o debate de temáticas como metodologia de ensino e formação de professores.

Também há de se destacar os livros/coletâneas estudados por Eras e Oliveira (2015), que relatam a

---

5 A partir da seleção de teses e dissertações encontradas no catálogo da CAPES, buscamos verificar se havia mais algum trabalho dentro do período (2008-2018) a partir da lista de Teses e Dissertações sobre o Ensino de Sociologia disponibilizado pelo Blog Café com Sociologia. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/dissertacoes-e-teses-ensino-de-sociologia>.

6 Dados do relatório final produzido para a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

produção de 27 obras entre os anos de 2008 e 2013, assim como a aprovação de cinco livros didáticos em 2018 na área da Sociologia pelo PNLD, que nas versões anteriores 2012 e 2015 havia aprovado dois e seis livros, respectivamente. Também os pesquisadores da área voltam-se para a análise do prestígio que a temática tem alcançado nos últimos anos, a publicação de artigos sobre o Ensino de Sociologia nas revistas de estrato superior na área de Sociologia (avaliação da CAPES dos periódicos) aponta que entre 1996 e 2017 foram publicados 65 artigos, a maior parte a partir de 2007 (BODART, TAVARES, 2018).

É de destacar que o campo profissional também buscou organizar-se com a criação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), em 2012, contando ainda com sua própria Revista - Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS) e evento próprio, em sua terceira edição no ano de 2018. Outras revistas também merecem destaque, como a *Café com Sociologia* e a *Perspectiva Sociológica do Colégio Pedro II*. Também poderíamos citar os blogs e as editoras, tais como: *Cirkula de Porto Alegre* e a editora *Café com Sociologia de Maceió*.

Outras ações acadêmico-científicas também são indicativas da organização do campo da Sociologia escolar, tal como o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), que reúne 10 instituições e oferece gratuitamente o curso *stricto sensu* para professores que atuam na rede básica de ensino. Além disso, também é possível destacar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), e a Residência Pedagógica (RP), que visam o aprimoramento das pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à formação de professores/as.

Neste contexto de institucionalização, expansão e investimento na área da formação docente, **como a área de Ciências Sociais voltou-se para pensar o currículo do ensino de Sociologia na Educação Básica? O que os estudos sobre o Estado da Arte do subcampo do ensino de Sociologia, podem nos dizer sobre essa questão?** De acordo com o estudo de Handfas e Maçaira (2014), ao analisarem as teses e dissertações entre 1993 e 2012, do total de 41 dissertações e duas teses de doutorado, 13 trabalhos se dedicaram ao estudo do currículo, categoria em que foram alocados todas as pesquisas que estavam relacionadas à análise de “[...] diretrizes curriculares nacionais e estaduais, livros/manuais didáticos, propostas curriculares de colégios e professores, bem como características da sociologia como disciplina escolar” (HANDFAS, MAÇAIRA, 2014, p. 52). Embora a categorização tenha sido elaborada por meio da leitura dos resumos, títulos e palavras-chave dos trabalhos, é possível dizer que uma relativa parte das pesquisas se preocupou com elementos constitutivos do currículo, principalmente do currículo oficial (prescritivo).

Uma atualização da pesquisa de Handfas e Maçaira (2014) foi realizada por Bodart e Cigales (2017), que fizeram um levantamento sobre essa temática no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e nos repositórios institucionais de dezenas de Instituições de Ensino Superior (IES), destacando o período de 1993 até 2016, onde evidenciaram 12 teses de doutorado e 94 dissertações de mestrado sobre a temática. Porém, não chegaram a realizar uma tematização das áreas, embora reafirmem aquelas apontadas pelo estudo de Handfas e Maçaira (2014).

Em relação aos artigos em periódicos acadêmicos, podemos destacar os trabalhos que realizam um levantamento desse tipo de publicação. O artigo de Bodart e Souza (2017) evidenciou que, no período de 2007 a 2017, foram publicados 24 dossiês em 19 revistas, contendo 199 artigos, dos quais 22 tratavam da temática sobre currículo. Apesar de não fazerem um detalhamento do que se entendia por currículo, este dado nos possibilita localizar as revistas e dossiês em que a temática foi publicada.

O artigo de Brunetta e Cigales (2018) também se detém na análise da produção sobre o ensino de Sociologia em dossiês acadêmicos, porém, diferente de Bodart e Souza (2017), o período analisado recai sobre os anos de 2007 a 2015, onde os autores destacam a publicação de 18 dossiês e 143 artigos. Na análise das temáticas dos artigos, conceituam o que compreendem por currículo:

Currículo: abrange os trabalhos que discutem a construção do currículo, do espaço que a disciplina de Sociologia possui na grade curricular da Educação Básica ou Superior. No mesmo sentido, tratam do lugar da Sociologia no currículo de outros cursos, como o de enfermagem e o de educação física etc., e se interessam pela divisão curricular entre Antropologia, Sociologia e Ciência Política, as disciplinas que compõem a área de Ciências Sociais no Brasil (BRUNETTA, CIGALES, 2018, p. 157).

No entanto, destacam que apenas 6,3% (09) do total de artigos analisados estavam vinculados à temática do currículo, levantando a hipótese de que essa área seria mais estudada pelos educadores do que pelos sociólogos da educação, tendo em vista que estes se dedicam a pensar mais o ensino superior do que a educação escolar, mas apontam para o possível desenvolvimento da temática dada a profissionalização do subcampo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia no país.

Dentre esses trabalhos, também caberia destacar a pesquisa de Bodart e Tavares (2018), que descreve a produção sobre o ensino de Sociologia nos periódicos brasileiros de estrato superior entre os anos de 1996 e 2017. Os autores analisam 159 periódicos e localizam 65 artigos que se relacionam com a temática sobre o ensino da Sociologia e da Sociologia escolar, desse total apenas 9 artigos tinham as suas análises voltadas para o currículo/legislação curricular. Segundo Bodart e Tavares (2018, p. 74), as principais fontes documentais desses artigos relacionam-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), com a Lei 11.684 de 2008 que tornou a Sociologia disciplina obrigatória na Educação Básica (BRASIL, 2008) e com documentos curriculares estaduais.

A partir desses trabalhos, podemos evidenciar que as pesquisas sobre o ensino de Sociologia no Brasil, possuem duas características: a primeira atrela-se às fontes documentais, pois tanto para o estudo de Handfas e Maçaira (2014), sobre teses e dissertações, quanto o estudo de Bodart e Souza (2018) sobre artigos em periódicos de estrato superior, apontam os documentos e legislações como principais fontes. A segunda questão atrela-se ao baixo número de trabalhos que têm como foco o estudo do currículo, o que pode ser um indicativo de que a temática pode não estar sendo suficientemente trabalhada no interior do campo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia no Brasil.

### 3 O QUE NOS DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES?

Nesta pesquisa encontramos 27 trabalhos (ver tabela em anexo no final do artigo), sendo 4 teses de doutorado e 23 dissertações de mestrado que abordam o currículo do ensino de Ciências Sociais no Brasil entre os anos de 2008-2018, conforme o gráfico 01, abaixo representado. Percebe-se que, quantitativamente, estes trabalhos possuem um volume expressivo entre os anos de 2013 a 2016, concentrando 19 defesas nesse período, vindo a decrescer os estudos sobre a temática a partir de 2017, quando há três defesas e em 2018, quando encontramos apenas 1 trabalho de dissertação.

Gráfico 1 – Teses e Dissertações por ano (2008-2018)



Fonte: elaboração dos autores.

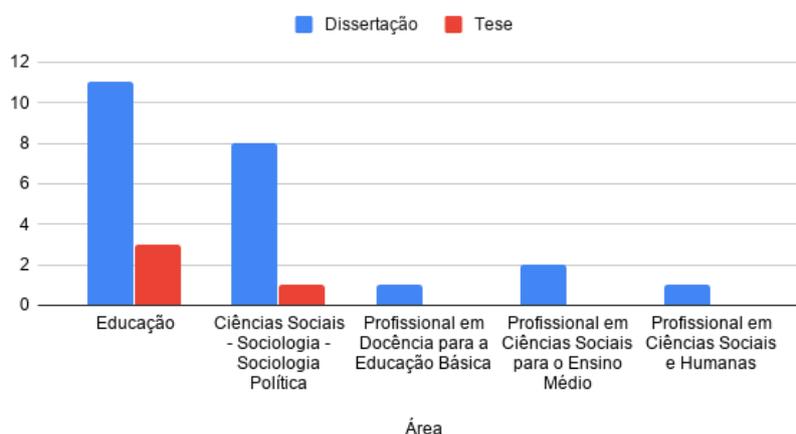
A partir desse dado podemos pensar que a Lei 11.684/08 impulsionou a pesquisa sobre o currículo do ensino de Sociologia na academia brasileira, tendo em vista que a duração média de realização das pesquisas de mestrado é de 2 anos e a de doutorado de 4 anos. As primeiras defesas de dissertações e teses ocorrem posteriormente à obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica. Por outro lado, também podemos considerar que a Reforma do Ensino Médio, com a Lei 13.415/17, assim como as discussões sobre a BNCC a partir de 2015 trouxeram incertezas ou uma maior precaução para o estudo da temática, tendo em vista que a avaliação de impacto ou consenso sobre o conteúdo curricular do ensino de Sociologia necessita de tempo para ser avaliado.

Há outra hipótese possível para que este número de trabalhos crescesse a partir de 2012. Nesse ano o Ministério da Educação (MEC) teve a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) sob o parecer CNE/CEB<sup>7</sup> n° 5/2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 24/01/2012. Mesmo que as pesquisas posteriores não estejam diretamente ligadas às DCNEM, elas podem ter aberto espaço para outros trabalhos relacionados aos currículos,

Propostas têm sido feitas na forma de leis, de decretos e de portarias ministeriais e visam, desde a inclusão de novas disciplinas e conteúdos, até a alteração da forma de financiamento. Constituem-se exemplos dessas alterações legislativas a criação do FUNDEB e a ampliação da obrigatoriedade de escolarização, resultante da Emenda Constitucional no 59, de novembro de 2009 (BRASIL, 2013, 145).

Outro dado relevante para esta pesquisa é a área de desenvolvimento das teses e dissertações sobre o currículo. A partir do gráfico 02, abaixo representado, podemos destacar que, dos 27 trabalhos, 14 deles foram defendidos em Programas de Pós-graduação em Educação e 13 em Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, se incluirmos os trabalhos advindos dos mestrados profissionais em Ciências Sociais para o Ensino Médio, Docência para a Educação Básica e Ciências Sociais e Humanas. A diferença entre teses e dissertações também é considerável entre esses trabalhos, uma vez que na área de Ciências Sociais há apenas 1 tese defendida, enquanto a área de Educação são 3 trabalhos.

**Gráfico 2 – Teses e Dissertações por área (2008-2018)**



**Fonte:** elaboração dos autores.

Há ao menos duas questões referentes à área de defesa desses trabalhos. A primeira corresponde ao maior número de trabalhos na área de Educação, ainda que este dado tenha que ser relativizado tendo em vista que o número de Programas de Pós-Graduação em Educação é maior que o de Ciências Sociais no Brasil (OLIVEIRA, MELCHIORETTO, 2020). Poderíamos considerar também que a temática sobre o currículo é uma área de pesquisa que possui maior inserção nos departamentos de Educação do que nos de Sociologia/Ciências Sociais no Brasil. Trabalhos como os de Cunha (1992) e Dias da Silva (2002) demonstram que o debate sociológico sobre educação no país, por muitos anos, foi uma agenda de pesquisa negligenciada pela área da Sociologia, questão que historicamente foi intensificada com a Reforma Universitária de 1968, que criou as Faculdades de Educação, desenvolvendo um espaço próprio de pesquisa sobre a sociologia educacional nesses departamentos.

Uma segunda questão refere-se à recente criação dos mestrados profissionais na área de Ciências Sociais e como esses espaços estão se tornando *locus* de debates referentes ao currículo. Apesar das pesquisas sobre o ensino de Sociologia serem caracterizadas por relatos de experiência e por aspectos que relacionam a vivência dos pesquisadores em relação ao trabalho com a disciplina de Sociologia na escola (OLIVEIRA, MELCHIORETTO, 2020), temos que considerar que isso pode ser um fator positivo para a área, uma vez que quem pesquisa o currículo são justamente aqueles que participam da sua elaboração, construção e ressignificação na escola - os/as professores/as de Sociologia.

A terceira variável analisada neste artigo refere-se à região de publicação das teses e dissertações entre 2008 e 2018. Assim como apontado por outros trabalhos que analisam o Estado da Arte do Ensino

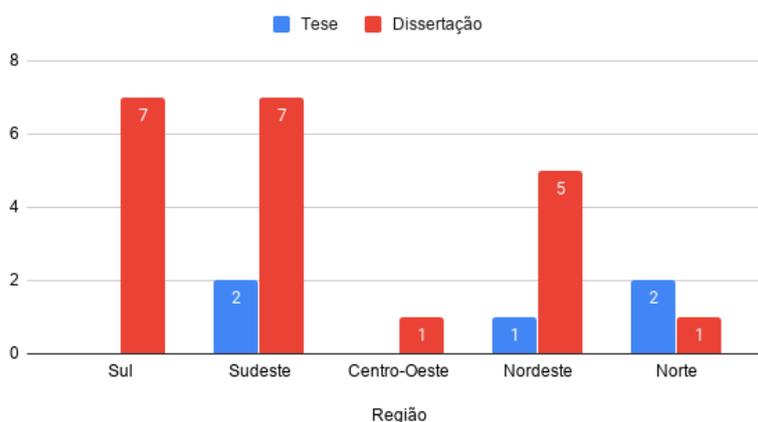
<sup>7</sup> Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

de Sociologia (BODART, CIGALES, 2017; ENGERROFF, CIGALES e THOLL, 2017; BRUNETTA e CIGALES, 2018), as regiões Sul e Sudeste concentram grande parte das publicações, neste caso, 16 trabalhos (14 dissertações e duas teses) dos 27 analisados, conforme o gráfico 03, abaixo representado. Este fator também é resultado da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que beneficiou Estados como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que foram espaços pioneiros de criação e rotinização dos conhecimentos das Ciências Sociais entre nós (MICELI, 1989, 1995; MEUCCI, 2000; TRINDADE, 2005).

Outro dado interessante é o crescimento da região Nordeste no conjunto dos trabalhos, tendo em vista que 5 dissertações e 1 tese são advindas dessa região. Essa questão pode ser explicada, em parte, pela criação do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para a Educação Básica junto a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), mas também merece destaque o desenvolvimento de uma rede de pesquisadores que possuem uma inserção no subcampo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia, que estão inseridos na organização de eventos como o ENESEB, ou coordenando e apresentando trabalhos no GT sobre o Ensino de Sociologia da SBS, ou ainda publicando dossiês e coletâneas sobre a temática. Consequentemente, esses pesquisadores abrem espaço para a orientação de trabalhos em seus respectivos programas de Pós-graduação<sup>8</sup>.

Soma-se a isto o fato de que, com a publicação da Lei 11.684/2008, muitas universidades tiveram que criar os cursos de licenciatura para a Sociologia/Ciências Sociais antes inexistentes, de um lado, para suprir a demanda que advinha dos colégios com Ensino Médio, e, de outro, com o crescimento dos Institutos Federais de educação.

**Gráfico 3** – Teses e Dissertações por região (2008-2018)



**Fonte:** elaboração dos autores.

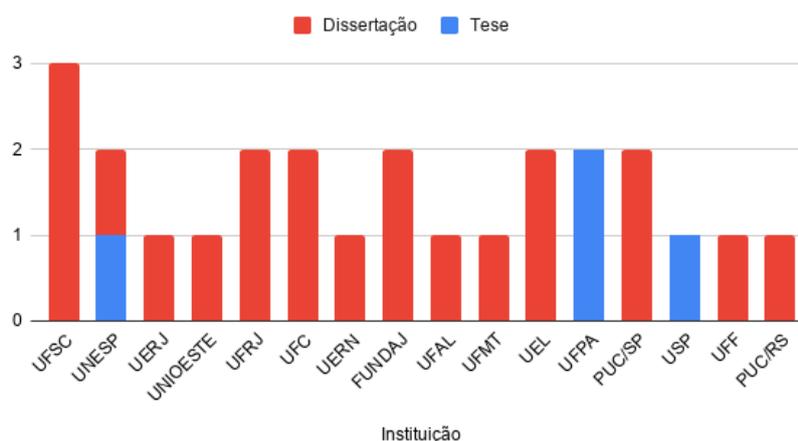
Ainda nesse balanço quantitativo, caberia destacar o papel das instituições universitárias públicas para o estudo do currículo do ensino de Sociologia no Brasil. Conforme o gráfico 04, apenas três trabalhos são advindos de universidade particulares, o que demonstra a relevância das instituições públicas para o desenvolvimento e fortalecimento desta área de pesquisa. Mas, mais que o predomínio das instituições públicas em detrimento das privadas, temos um predomínio ainda das universidades federais, com 14 trabalhos publicados, contra apenas oito de instituições estaduais. Em parte, como hipótese, esta diferença talvez possa ser explicada pela presença de mais recursos financeiros como bolsas de estudo para as instituições federais, atraindo e possibilitando maior e melhor acesso e manutenção das pesquisas na Pós-Graduação.

A instituição que mais publicou trabalhos relacionados ao currículo de Ciências Sociais foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com três dissertações. Logo em seguida, temos a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) com uma dissertação e uma tese, somando dois trabalhos; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do

<sup>8</sup> Apesar de não adentrarmos nessa variável, os trabalhos sobre currículo defendidos na região do Nordeste foram orientados por um número relativamente concentrado de pesquisadores, tais como: Rosemary de Oliveira Almeida, Geovânia Toscano, Danyelle Nilin e Amurabi Oliveira.

Ceará (UFC), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Universidade do Estadual de Londrina (UEL), todas com duas dissertações cada; a Universidade Federal do Pará (UFPA), com duas teses, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com duas dissertações. As demais instituições, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), cada uma com uma dissertação, e por fim, a Universidade de São Paulo (USP), com uma tese de doutorado.

**Gráfico 4 – Teses e Dissertações por instituição (2008-2018)**

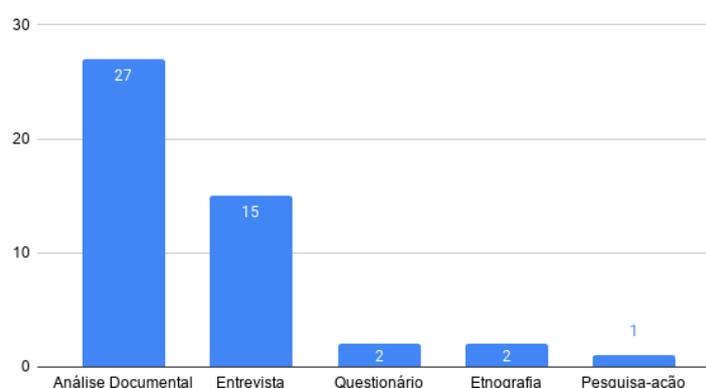


**Fonte:** elaboração dos autores.

Descritas as características quantitativas da produção sobre currículo em Teses e dissertações sobre o Ensino de Sociologia, analisamos a seguir os elementos qualitativos desses trabalhos, com destaque para a metodologia, o referencial teórico e as fontes mobilizadas.

Em relação à metodologia, cabe destacar que é unânime a utilização da análise documental nas pesquisas, uma vez que todos os trabalhos utilizaram como fonte os documentos em níveis nacional, estadual e local que orientavam ou davam as diretrizes para o ensino da Sociologia. A partir do gráfico 05, podemos perceber que, além da análise documental, a utilização de entrevista também ocupou lugar de destaque entre estes trabalhos, que na maioria das vezes buscou perceber as diferenças ou similaridades entre o que diziam os currículos nacionais ou estaduais com o que era praticado pelos professores no cotidiano de planejamento das aulas de Sociologia na Educação Básica. Além desses trabalhos, alguns outros abordaram historicamente o currículo de formação de professores de determinadas instituições educacionais, ou, ainda fizeram uma relação entre diferentes currículos estaduais.

**Gráfico 5 – Metodologia das teses e dissertações (2008-2018)**



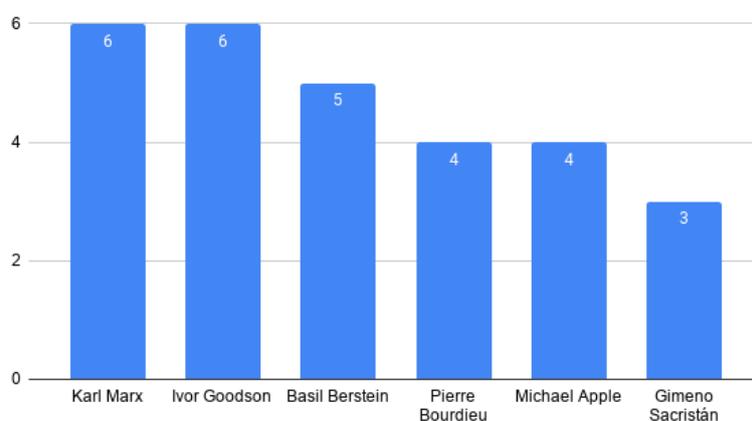
**Fonte:** elaboração dos autores.

Caberia destacar que a maioria das pesquisas utilizou mais de uma metodologia, e que 15 delas orientaram-se para o interior das instituições escolares, o que evidencia uma preocupação desses trabalhos em conhecer as práticas dos agentes escolares em relação ao currículo do ensino de Ciências

Sociais nas escolas. Além da análise documental e entrevista, também foi identificada, ainda que em menor escala, a utilização de questionário com alunos e professores, o uso da etnografia e a pesquisa-ação nesses trabalhos.

Em relação às concepções teóricas, é de destacar que autores mais citados no estudo do currículo são: Karl Marx, com seis referências, principalmente com relação a uma concepção crítica da sociedade e da educação. Neste conjunto de autores, também ganha destaque a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani; Ivor Goodson também com seis referências, com referência aos seus estudos sobre a história do currículo e das disciplinas escolares; Basil Bernstein e seus conceitos de recontextualização pedagógica e enquadramento, utilizado para analisar até que ponto os currículos reais (aqueles praticados pelos docentes e instituições na prática) estão de acordo com os currículos prescritos; Pierre Bourdieu e Michael Apple, cada um com quatro referências, e Gimeno Sacristán, com três referências, conforme é possível visualizar a partir do gráfico 06.

**Gráfico 5** – Concepções teóricas das teses e dissertações (2008-2018)



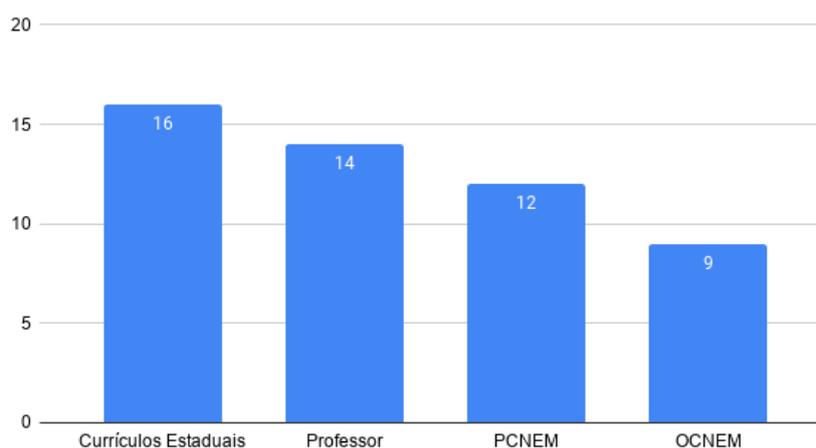
**Fonte:** elaboração dos autores.

Cabe destacar que esse referencial teórico é mais plural e dinâmico se considerarmos que muitos trabalhos utilizam mais de um autor e referencial teórico. Embora não citados no gráfico, também surgem nos textos referências brasileiras, como: Tomaz Tadeu da Silva, Antônio Flávio Barbosa, Vera Candau e Gaudêncio Frigotto. Também são destacados autores do campo da sociologia como Max Weber, Thomas Luckmann, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, dentre outros.

Salienta-se a representatividade da concepção do materialismo-histórico e dialético e da pedagogia histórico-crítica, da qual Karl Marx é uma referência para esses trabalhos. Pensamos que isso pode ter relação direta com as concepções de currículo abordadas, principalmente pelos trabalhos advindos dos departamentos de Educação, uma vez que estudos como os de Catani, Catani e Pereira (2001), Engerroff, Cigales e Tholl (2017), Bodart e Tavares (2018), apresentam o impacto dos trabalhos de Pierre Bourdieu, a partir do número de citações em artigos da área da Educação, ou especificamente do Ensino de Sociologia. No caso da temática sobre o currículo do ensino de Sociologia, os conceitos de Bourdieu não foram tão mobilizados quanto os de Ivor Goodson e Basil Bernstein, autores que são especializados no estudo do currículo.

Sobre as fontes utilizadas nos trabalhos de dissertação e tese sobre currículo nos anos de 2008 a 2018, podemos considerar que uma maioria utilizou os documentos oficiais que norteiam o ensino da Sociologia seja no âmbito federal ou estadual, como podemos observar no gráfico 07. Das 27 pesquisas, 16 citam documentos curriculares estaduais, 12 os PCNEM e 9 os OCEM. Ganham evidência, como fonte de pesquisa, os agentes educacionais, como os professores que são abordados por 14 trabalhos.

**Gráfico 7** – Fontes das teses e dissertações (2008-2018)



**Fonte:** elaboração dos autores.

É interessante ainda observar que os documentos que dominam as discussões sobre os currículos têm ênfase diretamente sobre os currículos estaduais por um lado e os professores de outro, tendo ainda os PCNEM e as OCEM como outros documentos a estarem à disposição nas pesquisas. É possível ter como hipótese que o índice majoritariamente recai sobre os currículos estaduais, pois, até então, o que tínhamos como documentos curriculares prescritos de maior importância eram eles, já que, em muitas vezes, estes são os documentos basilares para professores não formados que ministram nas disciplinas de Sociologia nas escolas (MOTTA, 2012). A BNCC para o Ensino Médio só é lançada em 2018, portanto o documento norteador dos docentes na grande maioria são as diretrizes estaduais, sejam de estudos específicos de uma diretriz apenas ou estudos comparados que contam as diretrizes de alguns Estados.

Na segunda coluna temos a categoria “professores” no gráfico. Esta categoria está composta por entrevistas realizadas em sua maioria com docentes, mas em alguns casos com estudantes, gestores das escolas e gestores técnicos das secretarias de educação dos Estados. Este índice relaciona-se, portanto, àquelas pesquisas que tratam o currículo vivo, utilizado nas escolas a partir das experiências pedagógicas escolares, mostrando outra dimensão destas pesquisas.

De uma forma ou de outra, geralmente os trabalhos relacionados aos currículos de Sociologia para o Ensino Médio tocam em todos os documentos organizados no gráfico 07, isso quando não incluem outros que estão fora da lista como as DCNEM, seja a versão publicada em 1998 ou em 2013. Uma das possibilidades que encontramos para que as DCNEM não sejam contempladas nas pesquisas acima descritas é pelo fato de que os documentos dispõem da Sociologia, mas de maneira formal. Não há uma descrição enfática sobre uma proposta curricular, mas sim de delimitação do que deve ou não ser incluído nessa modalidade de ensino. Este papel recai majoritariamente aos PCNEM e OCEM, e, a partir de 2018, com a BNCC para o Ensino Médio.

Com relação às DCNEM, no primeiro documento, publicado em 1998, há uma Sociologia prescrita para ser trabalhada de forma transversal, junto com a Filosofia, cujo objetivo central era a formação para a cidadania, conforme o disposto no art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No segundo documento, de 2013, a Sociologia encontra-se definida e delimitada enquanto obrigatória pela Lei 11.684/08. Mas ambos os documentos não são os centrais para as pesquisas. Os PCNEM, de 1999 e 2002, respectivamente, assim como as OCEM de 2006, vão esboçar um Ensino de Sociologia com características diferentes. Os primeiros são pautados diretamente em uma pedagogia das competências e habilidades, seguindo a cartilha da Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desenvolvida por Jacques Delors em 1999, tópico que retorna aos palcos dos documentos oficiais com a BNCC. As OCEM carregam em si uma característica mais humanista, com um desenvolvimento em consonância com o materialismo histórico-dialético, mas, nem por isto, deixa de ter consigo características neoliberais, como os PCNEM e os PCNEM+.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este artigo realizar uma análise e uma atualização do Estado da Arte da produção acadêmica de pós-graduação *stricto sensu* investigando quantas dissertações e teses sobre o Ensino de Sociologia se dedicaram a estudar o currículo escolar, sejam eles o currículo prescrito ou o vivo, por exemplo. Assim, estabelecemos na metodologia que o recorte seria entre os anos de 2008 - de promulgação da lei de obrigatoriedade do ensino da Sociologia e da Filosofia nessa modalidade de educação - e 2018, ano da publicação da BNCC para o Ensino Médio. Como já evidenciado anteriormente, a Lei 13.415/17 que reformula o Ensino Médio e relega as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física é extremamente importante para compreender o cenário da Sociologia na educação escolar.

Em síntese, podemos destacar que os estudos sobre o currículo do ensino de Sociologia no Brasil, em formato de dissertação e tese no período de 2008 a 2018, estão concentrados nas áreas de Educação, com 14 trabalhos e a Sociologia/Ciências Sociais, com 13 trabalhos. Dos trabalhos realizados pelos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs), há 3 teses e 11 dissertações, enquanto para os Programas de Pós-Graduação Sociologia e de Ciências Sociais são uma tese e 12 dissertações. Outro ponto interessante é que 15 destes trabalhos têm orientação para atividades realizadas no interior das escolas, compreendendo o currículo na sua aplicação final.

O pico das produções está localizado entre 2013 e 2017, tendo as regiões Sul e Sudeste o maior índice de publicação destes trabalhos. Há de se destacar a recente produção que tem crescido nos últimos anos na região do Nordeste, com seis trabalhos. Outro ponto de relevância é o protagonismo das Instituições de Ensino Superior públicas, haja vista que do total de 27 teses e dissertações, 24 foram produzidas nestas instituições.

A principal metodologia encontrada nestes trabalhos é a análise documental, própria da área de estudo dos currículos, assim como as entrevistas, em grande parte realizadas com os agentes presentes nas escolas. Das principais fontes utilizadas nos trabalhos, encontram-se Marx e Ivor Goodson em seis trabalhos, Basil Bernstein em cinco trabalhos, Pierre Bourdieu e Michael Apple em quatro trabalhos e Gimeno Sacristán em três. Dois detalhes precisam estar evidenciados aqui: Marx e Bourdieu não são teóricos do currículo, tendo o primeiro poucos escritos referentes à educação, entretanto um olhar sistemático e uma agenda de pesquisa, e o segundo se debruça mais às questões macroestruturais do sistema educacional sem necessariamente se voltar para o currículo.

Acreditamos que o salto no número das pesquisas nos últimos anos, a partir de 2008 principalmente, oferece bases de compreensão sobre como o Ensino de Sociologia e o Currículo são temas importantes de serem discutidos e como estão sendo pensados nas pesquisas, mas precisam estar aliados às políticas de obrigatoriedade da disciplina nas escolas. Assim, também por este fato, temos como hipótese que tais números cresceram após 2008.

Encontramos, porém, certas necessidades de pesquisas sobre a importância do ENEM e do livro didático na concepção dos currículos vivos e ocultos, sobre como os vestibulares implicam a formulação deles nas escolas, dentre outras possibilidades. Pudemos observar no gráfico 1 que em 2017 e 2018 houve uma queda significativa nas produções sobre o currículo escolar. Temos como hipótese que isto ocorreu porque a formulação de uma BNCC desde 2015 trouxe também incertezas de como pensar o currículo para a Sociologia nas escolas. Mesmo nos anos de 2015 e 2016 registrando a maior produção ao longo dos anos e com a discussão/construção de uma base nacional curricular, necessitamos destacar que a própria formulação da BNCC impacta sobre a produção acadêmica.

A BNCC possui quatro versões: uma preliminar (2014), a primeira (2015), a segunda (2016) e a terceira e última (2018). A versão preliminar pensa uma BNCC em termos filosóficos-educacionais ao compreender qual o papel de uma base comum curricular às escolas, assim como o seu impacto. As duas primeiras versões trabalharam em consonância, sendo a segunda de fato uma reformulação da primeira versão. Muito disto se deve em conta das consultas públicas realizadas para a sua construção. Entretanto, o golpe de 2016, a troca das equipes tanto da BNCC quanto do MEC, impactaram diretamente sobre a produção deste documento. A última versão para o Ensino Fundamental da BNCC já havia sido publicada

em 2017, enquanto a do Ensino Médio ocorreu apenas um ano depois, em dezembro de 2018. Isto ocorreu por conta da Reforma do Ensino Médio pela Lei 13.415/17. A BNCC acabou sendo construída apenas após esta publicação e respondendo às suas exigências. A mudança desta última versão para o Ensino Médio é impactante em relação às versões anteriores. Principalmente porque aqui não existem mais disciplinas e sim o agrupamento em grandes áreas do conhecimento, desmobilizando as fronteiras científicas, políticas e sociais das disciplinas (BERNSTEIN, 1996).

Portanto, uma das hipóteses possíveis para a diminuição das pesquisas sobre o currículo para o ensino da Sociologia nas escolas pode estar presente nas incertezas perante o próprio futuro da disciplina nas escolas, cuja evidência dar-se-á mais claramente a partir de 2020, com a implantação da BNCC nas escolas do Brasil. A BNCC não constitui o tópico principal para a compreensão do currículo da Sociologia no Brasil, mas acreditamos que as produções futuras incluam a BNCC como uma das principais fontes documentais de estudo do currículo de Sociologia na Educação Básica, seja em âmbito nacional ou em estudos relacionados aos currículos estaduais em processo de formulação e aplicação.

## REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais: RCS, Fortaleza*, v. 48, n. 2, p. 256-281, 2017.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Ewerton Diego de. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 53, n. 3, p. 543-557, set/dez 2017.

\_\_\_\_\_; TAVARES, Caio. A produção sobre o ensino de sociologia escolar nos periódicos brasileiros online de estratos superiores, 1996-2017. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. *Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 57-102.

\_\_\_\_\_. A construção conceitual e empírica do "subcampo" do ensino de Sociologia. In: BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. (Orgs.). *O ensino de Sociologia no Brasil*, vol. 2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 11-38.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. *Lei 9.394, de 20/12/1996*. Brasília, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2EV8O56>. Acesso em: 20 jan 2020.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. *Lei 11.684, de 02/06/2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2tUnort>. Acesso em: 21 jan 2020.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais a Educação Básica* Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: <https://bit.ly/2Mvzyxc>. Acesso em 03 abr 2020.

\_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL. *Lei 13.415 de 16/02/2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/5mvvhF>. Acesso em: 21 jan 2020.

BRUNETTA, Antonio Alberto; CIGALES, Marcelo. Dossiês sobre o ensino de Sociologia no Brasil (2007-2015). *Revista Latitude*, Maceió, v. 12, n. 1, p. 148-171, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. *Revista Brasileira de Educação*, n. 17, p. 63-85, 2001.

CUNHA, Luis Antônio. A educação na Sociologia: um objeto rejeitado? *Cadernos Cedes: Sociologia da Educação: diálogo ou ruptura*, São Paulo: Papirus, v.27, p. 9-22, 1992.

DIAS DA SILVA, Graziella Moraes. *Sociologia da Sociologia da Educação: Caminhos e Desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ERAS, Lígia; OLIVEIRA, Ricardo. Uma sociologia dos livros coletâneas sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (2008-2013). In: OLIVEIRA, Eveline; OLIVEIRA, Amurabi. *Ciências Sociais e Educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015, p. 81-102.

FERREIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de sociologia como um campo (ou subcampo)

científico. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 37, n. 1, p. 31-39, 2015.

FORQUIN, Jean-Claude. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 187-198, 1996.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. *Revista BIB*, São Paulo, n. 74, p. 43-59, 2014.

MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

MOTTA, Atila Rodolfo Ramalho. *Que Sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico*. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

NEUHOLD, Roberta. A produção científica sobre o ensino de sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). In: OLIVEIRA, Eveline; OLIVEIRA, Amurabi. *Ciências Sociais e Educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015, p. 103-124.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia na SBS. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 1, 2016.

\_\_\_\_\_. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 39-62, 2015.

\_\_\_\_\_; MELCHIORETTO, Beatriz. O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras. *Revista BIB*, São Paulo, n. 91, p. 1-26, 2020.

TRINDADE, Hélgio (Org.). *Ciências Sociais no Brasil: Diálogos com mestres e discípulos*. Brasília: ANPOCS, Liber Livro Editora, 2012.

Recebido em: 09/03/2020

Alterações recebidas em: 03/04/2020

Aceito em: 03/04/2020

Publicado em: 03/04/2020

## ANEXO A - TABELA DOS TRABALHOS SOBRE CURRÍCULO ANALISADOS NA PESQUISA (2008-2018)

Ano	Trabalho	Autor/a	Título	Curso	IES
2010	Dissertação	Ivete Stempokowski	A influência social na construção do conhecimento: a formação dos currículos de Sociologia no Ensino Médio	Ciências Sociais	PUC/RS
2012	Dissertação	Átila Motta	Que sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico	Ciências Sociais	UEL
2013	Tese	Leandro Freitas	Currículo e formação docente no curso de Ciências Sociais/UFGA: configurações, continuidades e rupturas (1963-2011)	Educação	UFGA
2013	Dissertação	Maria Fernandes	A Sociologia na Educação Básica: Educação para o trabalho ou o trabalho como princípio educativo no currículo de Sociologia	Educação	UFF
2013	Dissertação	Giordano Robba	As transformações do currículo de sociologia em São Paulo.	Educação	PUC/SP
2013	Tese	Cassiana Takagi	Formação do professor de Sociologia do Ensino Médio: um estudo sobre o currículo do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo	Educação	USP
2014	Dissertação	Carlos de Almeida	As vicissitudes na implantação do componente curricular Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública do Estado de São Paulo	Educação	PUC/SP
2014	Dissertação	Ana Caridá	Sociologia no Ensino Médio: diretrizes curriculares e trabalho docente	Sociologia Política	UFSC
2014	Dissertação	Henrique Alves Neto	As definições, funções e sentidos atribuídos ao Ensino Médio após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996: disputas para além da emancipação e competências.	Ciências Sociais	UEL
2014	Tese	Angélica Maia	Educação para a cidadania no Ensino Médio: uma aproximação das articulações discursivas de alunos, docentes e documentos curriculares no âmbito da Sociologia	Educação	UFPB
2014	Dissertação	Manoel Sousa Neto	A relação entre currículo, culturas escolares e conhecimento escolar de Sociologia em três escolas do Ceará	Sociologia	UFC
2015	Dissertação	Maria Gisele Alencar	A lei 10.639/03 e o ensino de Sociologia: possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil.	Ciências Sociais	UEL

2015	Dissertação	Suelen Fruneaux	O currículo da disciplina de Sociologia nas escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual de Florianópolis/SC	Educação	UFSC
2015	Dissertação	Marcelo Galdino	O ensino de Sociologia nas escolas: entre o prescrito e o feito	Prof. em Ciências Sociais para o Ensino Médio	Fundaj
2015	Dissertação	Victor de Menezes	A teoria sociológica nos planos de curso de Sociologia da rede estadual de Pernambuco (GRE - Garanhuns)	Prof. em Ciências Sociais para o Ensino Médio	Fundaj
2015	Dissertação	Mayara Scarselli	A institucionalização da Sociologia no Ensino Médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas públicas de Cuiabá-MT	Educação	UFMT
2016	Dissertação	Gabrielle Alecio	Análise dos desenhos curriculares dos cursos superiores de formação de professores em Ciências Sociais	Educação	UFRJ
2016	Dissertação	Bruna dos Anjos	Sociologia no Ensino Médio: uma análise comparada de propostas curriculares	Educação	UFRJ
2016	Dissertação	José de Souza Filho	A prática docente e o currículo no ensino de Sociologia em Fortaleza/CE	Ciências Sociais e Humanas	UERN
2016	Dissertação	Meire Ellen Moreno	Feminismos e Antifeminismos na política brasileira: “Ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação 2014	Ciências Sociais	UEL
2016	Dissertação	Diego Greinert de Oliveira	Nos bastidores do Estado: uma análise da construção das diretrizes curriculares para a Educação Básica do Paraná (2008) na disciplina de Sociologia	Ciências Sociais	UEL
2016	Dissertação	Melina Rissardi	A desnaturalização da realidade social como método para o Ensino de Sociologia na Educação Básica: para além do currículo oficial do estado de São Paulo	Mestrado Prof. em Docência para a Educação Básica	UNESP
2016	Dissertação	Bruna Silva	Ensino de Sociologia e currículo: um olhar docente sobre suas (re)significações em duas escolas de Fortaleza.	Sociologia	UFC
2017	Dissertação	Marco Bourguignon	Ensino de Sociologia e Sociedade da informação: análise e desafios do currículo de Sociologia no Ensino Normal do Estado do Rio de Janeiro	Educação	UERJ

2017	Dissertação	Denise Lenzi	O ensino de Sociologia na rede estadual de Francisco Beltrão: o que se ensina, como se ensina e por que se ensina?	Educação	Unioeste
2017	Dissertação	Vanice dos Santos	A construção do currículo mínimo de Sociologia no estado do Rio de Janeiro	Educação	UFRJ
2017	Tese	Agnes Souza	A sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina	Ciências Sociais	UNESP
2018	Dissertação	Natália Lima	Uma investigação acerca das colonialidades e da diferença colonial nas diretrizes para o ensino de Sociologia/Ciências Sociais no nível médio/secundário das escolas de Argentina, Brasil e Venezuela a partir do início do século 21.	Sociologia Política	UFSC

**Fonte:** Elaboração dos autores